

ASSENTAMENTOS RURAIS: O SONHO DA TERRA CONQUISTADA

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é analisar a problemática agrária do estado do Ceará, tendo como eixo norteador as políticas de assentamento rural. Busca compreender as mudanças ou os impactos provocados por tais políticas na estrutura fundiária e suas implicações em uma nova configuração do meio rural do Estado.

As referências empíricas são originadas da pesquisa intitulada "Os Impactos Regionais dos Assentamentos de Reforma Agrária".¹ Neste sentido, não só seu campo empírico, como também seus pontos analíticos estão circunscritos a esta pesquisa. Tais pontos reproduzem, em grande parte, situações recorrentes em outros estados, mas, por outro lado, mantêm algumas especificidades. Estas especificidades serão destacadas ao longo do trabalho e analisadas em maior profundidade. Portanto, este artigo busca compreender os processos de luta encetados para conquista da terra e suas relações com as formas de exploração e as práticas políticas.

Para analisar os impactos regionais dos assentamentos rurais do Ceará, foram pesquisados os assentamentos do Governo federal, administrados pelo Instituto Nacional de

CÉSAR BARREIRA*

FRANCISCO AMARO GOMES DE ALENCAR**

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar a problemática agrária no estado do Ceará, tendo como eixo norteador as políticas de assentamento rural, verificando as mudanças ou os impactos provocados por tais políticas na estrutura fundiária. Foram pesquisados os assentamentos do Governo Federal, administrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criados entre 1985 e 1997, nos municípios de Canindé, Quixeramobim, Santa Quitéria e Madalena. O artigo analisa a desapropriação e a luta por terra, os conflitos, a inserção no mundo do trabalho dos assentados e assentadas, antes e pós assentamentos, e as formas de uso da terra, mostrando também a diversidade política dos assentados.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to analyze problems of agrarian nature in the state of Ceará to understand the changes or the impact caused by such policies over large land structure and its implications in a new configuration in the rural area of the state. The empirical references comprise settlements created from 1985 to 1997, run by the Federal Government and managed by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and those in dry lands of the following municipalities: Canindé, Quixeramobim, Santa Quitéria e Madalena. This article analyse the expropriation and struggle for land, conflicts and expropriations for land, work and form of land use, how settled male and female people are given job opportunities before and after settlements, the forms of land uses and the way they envision how policies should be done.

* Doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e pesquisador do CNPq.

** Professor do Depto. de Geografia da UFC, Doutor em Sociologia.

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criados entre 1985 e 1997. Este período compreende do governo de José Sarney ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

No Ceará, a pesquisa circunscreeveu-se à região do sertão, abrangendo quatro municípios, sendo pesquisados dez assentamentos: *Caldeirão* e *Renascer dos Canudos*, no município de Quixeramobim; *Ipueira da Vaca*, *Jacurutu*, *Vida Nova* e *Todos os Santos*, no município de Canindé; *25 de Maio*, no município de Madalena, e *Raposa/Várzea da Cruz*, *Ubá* e *Groairas*, no município de Santa Quitéria. Nestes assentamentos foram aplicados 306 questionários e realizadas dezesseis entrevistas com os assentados. Além dos assentados, foram entrevistados dois secretários municipais de agricultura, dois presidentes de Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), um vereador e um técnico do INCRA.

A DESAPROPRIAÇÃO E A LUTA POR TERRA

No final da década de 1960 e início de 1970, desenvolveu-se no Estado do Ceará, na região do sertão, um forte processo de expulsão dos moradores-parceiros que residiam no interior das grandes propriedades rurais.

O ato de expulsão dos trabalhadores se dá de forma direta ou indireta. Direta, quando a ação do proprietário se restringe à simples expulsão do morador-parceiro; indireta, quando a expulsão é antecedida por diversas ações, por parte do proprietário, que inviabilizam, aos poucos, a permanência do camponês na propriedade. Portanto, em vez do proprietário colocar para fora o morador é este quem muitas vezes pede para sair (BARREIRA, 1995, p. 250).

A expulsão dos moradores-parceiros traz a discussão sobre os direitos dos trabalhadores, tendo como suporte a luta pela aplicação do Estatuto da Terra. Esta luta teve vários desdobramentos importantes, como a grande mobilização que ocorreu em 1979, no município de Quixeramobim, pelos quinze anos da não-aplicação do Estatuto da Terra. Esta mobilização trouxe grandes dividenda políticos para os trabalhadores rurais. A aplicação do Estatuto da Terra passa a fazer parte da agenda política dos STRs, sendo um norte nas mobilizações no sertão.

Através dos conflitos, o Estatuto da Terra torna-se conhecido e passa a ser discutido no estado, de modo especial nas áreas de predominância do regime de morador-parceiro. A justiça formal passou a ser vista como espaço de contestação da “ordem” dos grandes proprietários de terra (BARREIRA, 1995).

Nesses conflitos, estiveram presentes a Igreja Católica, através do movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), com alguns STRs exercendo um papel fundamental. Na região do sertão, os STRs de Quixadá e de Quixeramobim ocuparam um lugar central na luta contra a expulsão de moradores-parceiros das propriedades e nas lutas pelo pagamento da “renda” de acordo com o Estatuto da Terra.

No final da década de 1960 e início da década de 1980, três conflitos marcaram profundamente a luta por terra no Ceará: Japudara, no município de Canindé, de 1968 a 1971; Monte Castelo, no município de Choró, de 1977 a 1983, e Carneiro/Santo Antônio, no município de Caridade, de 1979 a 1983.

Estes três conflitos, que passaram a ser uma referência para o movimento dos trabalhadores rurais no Ceará, tiveram como ponto comum a luta pela aplicação do Estatuto da Terra, tendo como princípio dois aspectos: a permanência na terra onde trabalham e moram e o pagamento da renda de acordo com a lei.

O conflito da Japudara começa com a venda da propriedade, acompanhada da ação de despejo contra os antigos moradores-parceiros. Estes procuram os “seus direitos”, através da Delegacia Sindical, fundada em 1966, e que funcionava dentro da propriedade. Em janeiro de 1971, ocorreu um grande conflito que resultou em quatro mortes. Um mês após este sangrento conflito, a propriedade, que compreendia uma área de 3.645 ha, foi desapropriada. Este ato de desapropriação tem grande simbolismo político, ocorrendo em pleno Governo de Garrastazu Médici e dentro de um prazo diminuto. Tal prazo demonstra a gravidade do conflito e a mobilização dos trabalhadores, e também a preocupação de que não este adquira outras dimensões.

O conflito na fazenda Monte Castelo teve início em setembro de 1978 e o estopim foi a luta pela redução da renda paga ao dono da terra pelos moradores-parceiros. Este conflito contou com forte apoio da Igreja Católica, através das CEBs, e do STR de Quixadá, município cearense situado no sertão central do estado, vizinho ao município de Choró. Em 1983, finalmente, o imóvel foi desapropriado pelo INCRA-CE. Este conflito, que teve um intenso apelo social, contou com o apoio de outros sindicatos de trabalhadores rurais, como também de diferentes setores organizados da sociedade.

O conflito na fazenda Santo Antônio / Carneiro entre 1979 e 1982 e teve como principal motivação a proibição dos moradores-parceiros de criarem animais pequenos e de fazerem os seus roçados. O mediador principal deste conflito foi a Arquidiocese de Fortaleza, através do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CPDDH). Em dezembro de 1983, uma parte do imóvel foi desapropriada através do “programa de compra de terra”, perfazendo um total de 3.827 ha. Este conflito foi marcado pela construção de um clima de insegurança e medo, provocado por ameaças físicas e pelo uso do poder.

A partir de 1985, com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e em 1986, com o Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (PRRA-CE), o processo de desapropriação teve uma nova configuração no estado do Ceará, adquirindo relevo no cenário nacional pelo número de projetos de assentamentos e, apesar do percentual relativamente baixo, destacou-se pela forma como se processou. No PRRA-CE, período de 1986 a 1989, estava planejado desapropriar 1,5 milhão de hectares e assentar 50.100 famílias; entretanto, foram desapropriados somente 125.875 hectares, correspondendo a 8,66% do total e assentadas 3.094 famílias, o que representa apenas 6,17% das metas previstas.

Porém, se comparadas com as metas nacionais que o PNRA alcançou, de 2,05% da área, com 2,50% das famílias assentadas, o que equivale a 77.119 famílias, o Ceará teve um melhor desempenho. Este desempenho, superior em relação ao que foi executado nacionalmente, decorre de vários fatores. Destacamos as mobilizações dos trabalhadores rurais, com decidida participação da Igreja Católica e de alguns STRs, como também, a forma como foram administrados os órgãos dos governos federal e estadual voltados para as políticas agrícola e agrária.

No contexto estadual, o primeiro Governo Tasso Jereissati, 1985–1989, ao elaborar o “Plano dos Cem Dias”, teve como meta assentar mil famílias, em parceria com o Governo Federal. Concomitante a esse plano, começa uma reestruturação de todos os órgãos vinculados ao setor rural, tendo em vista atender as novas diretrizes do governo. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAAB) foi transformada em Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SEARA), que hoje corresponde à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Na SEARA foi criado um departamento especificamente para o setor reformado, Departamento de Apoio à Reforma Agrária (DARA).

Os órgãos estaduais passam também a trabalhar de forma articulada com o INCRA, contribuindo para a construção dos assentamentos de reforma agrária. Para aprofundar, ainda mais, as ações voltadas para os assentados, em 1987 foi criado o Grupo Executivo de Apoio à Reforma Agrária (GERA). Este grupo, que funcionou até 1989, era constituído de representantes das instituições públicas e de assentados.

Outro dado importante é que o Instituto de Terras do Ceará (ITERCE) é fortalecido, ao tornar-se Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), ampliando suas atribuições para atuar nos assentamentos de reforma agrária. A Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) e a Empresa de Assistência Técnica Rural do Ceará (Ematerce) passam a ter como prioridade atender aos projetos de assentamentos.

Todas essas ações voltadas para viabilizar a reforma agrária e os projetos de assentamentos estavam, em parte, apoiadas pelos movimentos dos trabalhadores rurais. Tal postura decorre de uma política do governo, de envolvimento das lideranças sindicais em suas ações, mas também do compromisso social de alguns técnicos com a reforma agrária. Na década de 1980, o INCRA passou a ocupar efetivamente o lugar de mediador, nos conflitos que envolviam trabalhadores rurais e proprietários de terra.

Em 1989, termina o PNRA da “Nova República” e, neste mesmo ano, acontece a primeira ocupação de terra no estado do Ceará, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nas Fazendas Reunidas São Joaquim, compreendendo uma área de 22.000 ha, no município de Madalena.

No Governo do Presidente Collor de Mello (1990-1992), o INCRA-Ce passou por mudanças na sua direção e a nova administração regional começa a privilegiar o parcelamento dos imóveis desapropriados. Esta política ensejou um embate entre o INCRA e os assentados, tendo como suporte técnico as experiências e os estudos que demonstravam a não-adequação da divisão dos assentamentos em lotes. Um documento do Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE), afirma:

A Superintendência do Incra no Ceará impôs o parcelamento dos assentamentos, desconsiderando análises comparativas entre áreas com e sem parcelamento. No semi-árido a pequena propriedade torna-se inviável, pois o pleno aproveitamento dos recursos solo e água pressupõe uma decisão conjunta sobre a melhor forma de sua utilização, sendo mais racional

manter a área reformada como uma única unidade produtiva. Vale ressaltar que muitos assentados, insatisfeitos com tal política, buscam na justiça a garantia do não parcelamento das terras, num fortalecimento do processo de organização, baseado em valores e prática coletivas em cursos em vários assentamentos (1998: 17).

No Governo Itamar Franco, com o “Programa Emergencial de Reforma Agrária” (1993), os trabalhos no INCRA-Ce são reorientados, com a nomeação de um técnico, cuja trajetória profissional fora construída junto aos movimentos dos trabalhadores rurais, para exercer o cargo de Superintendente do Instituto.

Com o Governo FHC (1995–1998), inicialmente, os planos de reforma agrária estiveram vinculados ao Ministério da Agricultura. Com a criação de um ministério para tratar da reforma agrária, Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), houve uma retomada da luta pelo processo de desapropriação. Isto ocorre não só por conta da criação do Ministério, mas, principalmente, pela pressão dos movimentos sociais do campo.

A política de assentamento do Governo Federal, no Ceará, em termos quantitativos, de 1985 a 1997, foi a seguinte: governo do Presidente José Sarney (1985/89) – o PNRA / PRRA-CE criou 44 projetos de assentamentos, beneficiando 4.087 famílias, numa área de 127.396 ha. No governo de Fernando Collor (1990/92) – o Programa da Terra assentou 889 famílias, em 27.516 ha, distribuídos em 17 projetos. No Governo Itamar (1993/94) – o Programa Emergencial de Reforma Agrária desapropriou 6.388 ha, atendendo a 255 famílias, e criado um assentamento. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/97) – o Programa de Reforma Agrária, criou 136 projetos de assentamentos, assentando 9.537 famílias em 317.636 ha.

Neste período, o INCRA-CE criou 198 projetos de assentamentos, em 478.936 ha, e assentou 14.768 famílias, com uma média de 32,43 ha por família. Estes assentamentos estão distribuídos em 65 municípios que correspondem a 35% dos municípios do Ceará.

Quadro 1 - Assentamentos Federais no Ceará, por unidade geo-ambiental, 1985–1997*.

Região	Famílias		Área		Projetos	
	No.	%	Ha	%	No.	%
Sertão	11.128	75,35	376.492	78,61	142	71,72
Litoral	3.167	21,45	87.787	18,33	45	22,73
Serra	473	3,20	14.657	3,06	11	5,55
TOTAL	14.768	100	478.936	100	198	100

*Fonte: listagem de assentamentos do INCRA, NEAD, março/2000.

O Quadro 1 mostra uma concentração de projetos de assentamentos no sertão, com 11.128 famílias (75,35%), em 376.492 ha (78,61%) e com 142 assentamentos (71,72%), o que dá, em média, 33,83 ha / família. Em seguida, aparece o litoral, com 3.167 famílias (21,45%), ocupando 87.787 ha (18,33%) em 45 assentamentos (22,73%), o que representa, em média, 27,71 ha / família. Por último, a região da serra, que tem 473 famílias (3,20%), em 14.657 ha (3,06%), com 11 projetos (5,55%), sendo a área média, por família, de 33,83 ha. Esta distribuição acompanha, em parte, a classificação geo-ambiental do território do estado do Ceará.

No Ceará, de acordo com os dados do INCRA (2000), existem cadastrados 134.782 imóveis rurais, que ocupam uma área de 9,3 milhões de ha, sendo que as propriedades que têm menos de um módulo fiscal representam 69,76% do número de imóveis e detêm a posse de somente 18,56% da área. Já a grande propriedade significa 0,97% do número de imóveis rurais e ocupa uma área equivalente a 20,16% do total. Somando as propriedades que contam menos de um módulo fiscal com as pequenas, obtêm-se 93% do número das propriedades, que ocupam, porém, 52% da área rural.

As estimativas do índice de Gini, para o Estado, obtidas a partir das estatísticas do INCRA, indicam uma tendência de desconcentração da posse da terra no Ceará, redução esta de 0,66 em 1972, para 0,59 em 2000.

Por outro lado, o cálculo do índice de Gini baseado nos dados do IBGE demonstra que no estado do Ceará, a partir de 1980, vem aumentando a concentração de terras, passando de 0,728 para 0,808²; ou seja, em 15 anos, apesar dos planos de reforma agrária dos

governos federal e estadual, e da implementação dos projetos de assentamentos do INCRA e do IDACE, a propriedade da terra apresenta tendência crescente à concentração.

Analisando a estrutura fundiária dos quatro municípios pesquisados, usando os dados do INCRA para o cálculo do índice de Gini, constatamos que: no município de Canindé, ocorre um declínio da concentração de 0,733 para 0,520, de 1995 a 2000. Esta “democratização” do acesso à terra, em Canindé, pode decorrer do fato de o município ter 37 projetos de assentamentos (governos federal e estadual) que ocupam aproximadamente 56.136 ha, o que significa 17% da área rural do município. Nos municípios de Quixeramobim e Santa Quitéria, ocorreram pequenas variações entre 1997 e 2000, respectivamente, de 0,64 para 0,63 e de 0,55 para 0,53. No município de Madalena, entre 1997 e 2000, ocorre um pequeno aumento na concentração de terras, porquanto o índice de Gini aumenta de 0,53 para 0,55.

Estudando a estrutura fundiária dos municípios pesquisados com a utilização de informações dos censos agropecuários do IBGE (1980-1985 e 1985-1996), para o cálculo do índice de Gini, verificamos que: no município de Canindé, permanece quase inalterado o índice, de 0,81%, o que significa grande concentração de terra. No município de Santa Quitéria, ocorre uma variação de 0,64 para 0,84, portanto, aumentando a concentração de terra, e no município de Madalena fica em torno de 0,810.

Comparando os índices de Gini entre 1980 e 1996 do estado do Ceará e dos municípios pesquisados, constatamos a não-alteração da estrutura fundiária, em termos de um melhor acesso à terra.

No estado do Ceará e no município de Santa Quitéria, o índice de Gini apresenta, ao contrário, um quadro de concentração de terras bastante acentuado. Nos municípios de Canindé e Quixeramobim, ocorre um pequeno declínio no índice de Gini, sendo talvez um indicador das políticas de intervenção no campo dos governos federal e estadual. Nestes municípios, estão presentes quatro aspectos importantes: pressão dos movimentos sociais, elevado índice dos projetos de assentamentos, o empobrecimento dos solos e

alta oferta de terra pelos proprietários ao INCRA e ao IDACE.

UM POUCO DE HISTÓRIA DAS LUTAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Os dez assentamentos que fizeram parte desta pesquisa foram criados entre 1985 e 1997. O mais antigo é o *Ipueira da Vaca*, no município de Canindé, e o mais recente é o *Renascer dos Canudos*, no município de Quixeramobim.

Estes projetos de assentamento podem ser reunidos em 3 grupos.

O primeiro grupo é formado pelos assentamentos que tiveram origem em movimentos de ocupação, com a existência de “conflitos declarados”. Tais movimentos foram organizados, principalmente, com o apoio do MST e dos STRs, compreendendo cerca de 70% dos assentamentos. Englobam os seguintes assentamentos: *25 de Maio*, *Groaíras*, *Jacurutu*, *Todos os Santos*, *Vida Nova*, *Renascer dos Canudos* e *Caldeirão*.

O assentamento *25 de Maio* teve origem nas Fazendas Reunidas São Joaquim S/A – Agricultura e Comércio, pertencentes à empresa “Wicar Parente de Paula Pessoa S/A – Indústria e Comércio”, e está situado no município de Madalena. Em decorrência da morte dos proprietários, em 1986, o imóvel passou a integrar o inventário de partilha. Com uma área de 22.992 ha, foi desapropriado por “interesse social”. A imissão de posse somente ocorreu em 9 de junho 1989, pelo fato desta propriedade encontrar-se *sub judice*. O assentamento da fazenda São Joaquim beneficiou 450 famílias, contando mais 30 que estão como agregadas, perfazendo um total de 480 grupos familiares. É importante destacar que a desapropriação das Fazendas Reunidas São Joaquim também representa o início dos trabalhos de ocupação organizados pelo MST no Estado do Ceará.

Um outro assentamento é o *Groaíras*, localizado no município de Santa Quitéria. A desapropriação se deu em 4 de setembro de 1987; entretanto, em razão de questões jurídicas, somente em 1992 ocorreu a imissão de posse, beneficiando 108 famílias.

(...) a gente começou essa luta aqui, viu, começamos aqui, tiramos 7 anos

aqui brigando contra o latifundiário aí, porque ele não queria ceder esse pedaço de chão pra nós trabalharmos e a gente lutou junto com o sindicato onde é aqui o assentamento, que o assentamento como um todo ele funciona maravilhoso... (Assentado do Groáiras).

Outro assentamento integrante do primeiro grupo é o *Jacurutu*, em Canindé. Tendo sido criado em 10 de novembro de 1995, beneficiou 104 famílias, que ocupam 5.400 ha. A história do projeto de assentamento *Jacurutu* teve início em 1994, quando ocorreu a ocupação do imóvel. A partir deste fato, inicia-se a desapropriação concluída no final do ano de 1995. Um aspecto que marca este assentamento é o nível de organização social e política. *Jacurutu* tem duas associações: a Associação dos Pequenos Produtores e a Associação das Mulheres dos Assentados. Os assentados deste projeto têm uma presença ativa no movimento sindical do município de Canindé, com a participação de dois delegados sindicais. Alguns assentados participam ativamente do MST, militando inclusive em outros estados.

O assentamento *Todos os Santos*, componente desse mesmo grupo, está situado igualmente no município de Canindé. A propriedade que originou o assentamento pertencia à Companhia Cearense de Cimento *Portland*, sendo desapropriada em 1995, beneficiando 83 famílias e tem seis famílias agregadas. O imóvel, para tornar-se assentamento, passou por duas ocupações. Na primeira, os trabalhadores foram despejados por ordem da Justiça, motivando uma nova ocupação. Esta re-ocupação durou 4 meses. Depois desse período de permanência na área, os camponeses conseguiram a desapropriação da fazenda. As duas ocupações foram coordenadas pelo MST, que continua presente no assentamento, organizando alguns trabalhos internos. Os assentados criaram a Associação Comunitária dos Assentados de *Todos os Santos*, como forma de viabilizar o funcionamento do assentamento, principalmente para obtenção de crédito.

O assentamento *Vida Nova*, também conhecido como *Transval / Pau de Leite*, localiza-se também no município de Canindé e a desapropriação da área –

2.977 ha – ocorreu em 08/02/1996, beneficiando 82 famílias. De acordo com o presidente da Associação dos Assentados de *Vida Nova*, esta área é trabalhada coletiva e individualmente: “nós temos a agricultura coletiva e temos as nossas partes individuais; o assentamento não é parcelado, é sim coletivo”.

A história do assentamento *Vida Nova* começou com uma primeira ocupação realizada em 1985, que durou um ano, quando então houve uma expulsão realizada pelo proprietário da então fazenda. A segunda ocupação aconteceu somente em 1993, com duração de quatro meses, sendo os trabalhadores novamente expulsos pelo proprietário:

A primeira ocupação do MST está com uns 3 anos, uns 5 anos atrás teve aqui na Varjota um pessoal acampado, aí então a mulher (proprietária da terra) lutou e tirou o povo pra fora. E nós, que era morador, nós não entremos; só teve dois que entraram quando ela tirou esse pessoal. Acamparam em outro assentamento que eles estão hoje (Assentado do Vida Nova).

Com a expulsão dos acampados, os camponeses continuaram lutando pela posse da fazenda, e fizeram a terceira ocupação, em 1996, que durou quarenta dias. Esta ocupação foi organizada pelo MST e STR de Canindé:

(...) aí, quando a gente tava trabalhando aqui, aí foi desapropriada pelo governo (sic). Aí tinha um negócio de ficar com 25% pro proprietário. Aí foi o pessoal que já estava certo de acampar aqui dentro pra ficar com a fazenda toda, aí vieram acampar depois do açude velho, aí ela foi e perdeu a questão completa (Assentado do Vida Nova).

Este longo período de mobilização possibilitou melhor organização que resultou numa perfeita

articulação do trabalho coletivo com o trabalho individual.

Outro assentamento componente do primeiro grupo e que tem como dado importante o fato de originar-se de uma propriedade de ex-político, vendida a um empresário com ligações com o poder estadual – é o *Renascer dos Canudos* ou *Fazenda Quinin*, no município de Quixeramobim. Foi desapropriada em 1997, após um trabalho conjunto entre o STR de Quixeramobim, a CPT e o MST. O Quinin era de propriedade de um empresário do Ceará, que adquiriu a fazenda do Senhor Acrísio Moreira da Rocha, político que exerceu, dentre outros cargos, o de Prefeito de Fortaleza, na década de 1950.

A forma de organização do assentamento está vinculada diretamente à divisão espacial, pois, sendo este composto de seis comunidades, cada comunidade tem uma associação; e todas estas são vinculadas, administrativamente, à Associação Geral do Assentamento. O assentamento tem produção coletiva e individual, que é, geralmente, administrada pelas associações comunitárias e supervisionada pela Associação Geral.

Neste grupo, o último assentamento pesquisado foi o do *Caldeirão*, localizado no município de Quixeramobim, desapropriado em 1995, beneficiando 78 famílias, numa área de 2.401 ha. Conforme um dos assentados do *Caldeirão*,

(...) eram moradores, né, que viviam no comando dos patrões, e hoje você está liberto, está assim uma coisa mais tranqüila, trabalhando para si, tudo que tira é seu, você tem suas condições de criar, quando os dias com patrão você não tinha condições de criar de jeito nenhum, né? Porque você trabalhava só pra ele, era uma meia, uma meia assim, porque você plantava milho e feijão e na colheita você tinha que dividir com o patrão, a forragem que ficava que era do milho e do feijão era para os patrões.

Antes da desapropriação, o assentamento *Caldeirão* era conhecido como fazenda Tanquinhos;

entretanto, os assentados decidem rebatizar o imóvel para “*Caldeirão*”, para homenagear o movimento messiânico da década de 30 do século XX, na região do Cariri–Ceará. Este movimento passou a ser uma referência para a luta pela terra no Estado, principalmente, para os trabalhadores que participaram dos trabalhos da Igreja Católica, de maneira mais significativa para os que fizeram parte das “*Romarias da Terra*”. Em 1985, foi organizada uma “*Romaria da Terra*”, no município de Juazeiro do Norte, que teve como tema central o movimento do *Caldeirão*. Neste movimento, foram ressaltados os aspectos relacionados à luta pela terra, e a forma coletiva de explorá-la. O assentamento *Caldeirão*, dentro dessa tradição, é trabalhado coletivamente, sem a divisão de lotes, mantendo os roçados individuais.

O segundo grupo é composto dos assentamentos que tiveram origem nas negociações entre os proprietários e o INCRA, porém, durante o processo de desapropriação, ocorreram “pequenos conflitos não declarados”. Formam este grupo os assentamentos *Ubá* e *Raposa/Várzea da Cruz*, significando em torno de 20% do número dos projetos alcançados pela pesquisa.

O Assentamento *Ubá* situa-se no município de Santa Quitéria e pertencia à Arquidiocese de Sobral, que cobrava uma renda de 25% aos camponeses. Para os moradores, esta renda era cobrada pelo administrador dos bens da Igreja de Sobral, provavelmente sem o conhecimento da Diocese. O processo de desapropriação começou em 1985, durando até 16 de março de 1988, quando ocorreu a imissão de posse, beneficiando 42 famílias.

De acordo com um assentado do *Ubá*,

(...) isso era um imóvel que pertencia à Diocese de Sobral e a luta surgiu porque, apesar de ser da Igreja, eu acho que não por ordem do bispo, mas dos administradores, a gente vivia aqui no regime pior do que de qualquer patrão comum. É a gente, em 1985 né, um grupo de 8 pessoas decidiu lutar pela desapropriação, né? (...) ela foi desapropriada por decreto, não foi doada

e, de lá pra cá, a gente vem lutando com muita dificuldade, né...

A luta dos assentados é geralmente dividida em dois momentos. A luta pelo processo de desapropriação e, em seguida, a luta para poder explorar o terreno sem a presença do patrão, o que aponta para novas “dificuldades”.

Mais um assentamento pesquisado, desse segundo grupo, foi o *Raposa / Várzea da Cruz*, que fica no município de Santa Quitéria e tem uma área de 3.589 ha. Este foi desapropriado por interesse social, em 2 de agosto 1989, e a imissão de posse ocorreu em 4 de setembro de 1991, beneficiando 60 famílias. A história do assentamento começa com uma negociação:

(...) entre o patrão e o INCRA. A maioria dos moradores não queria que fosse desapropriado... É porque eu achava que o patrão era bom e achava que se passasse a ser assentado ia ficar mais ruim... (...) mas, hoje, acho que tá melhor que no tempo do patrão, que era mais sujeito pra dar renda... (Assentado do Raposa).

A insegurança de trabalhar sem o patrão foi expressa por vários trabalhadores, demonstrando uma dependência histórica, mas também a dificuldade concreta de conviver com a lógica dos financiamentos e com os créditos agrícolas.

O último grupo tem somente um assentamento, o *Ipueira da Vaca*, que teve sua origem na doação feita, pela Igreja, para o INCRA. Este assentamento localiza-se no município de Canindé e foi criado em 08 de janeiro de 1986, estando assentadas 140 famílias cadastradas e mais 10 famílias agregadas.

A história do assentamento começa com as mobilizações dos trabalhadores rurais da fazenda *Ipueira da Vaca*, nos anos de 1970. Nesse período, os moradores pagavam uma renda de 30%. Nessa época os moradores começaram a participar das CEBs do município vizinho, Aratuba, sob a orientação de alguns padres e tomaram conhecimento de que pagavam uma renda superior ao que era estabelecido pelo Estatuto da Terra.

De acordo com um assentado,

(...) O assentamento Ipueira da Vaca, surgiu propriamente quando nós éramos morador dessa área (...). Essa área era do seu Tássio Braga, nós morávamos com ele, começamos pagando uma renda e depois pagávamos de acordo com a lei do sindicato. A gente pagava 30% da renda, depois veio pra pagar a média de ¼. Posteriormente, nós nos juntamos ao Pe. Moacir, Zé Maria e Dom Aluísio (Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza). Foram as primeiras comunidades que se criou em Aratuba junto com D. Aluísio e esses dois padres (Assentado do Ipueira da Vaca).

Com a participação dos moradores nas CEBs de Aratuba, que contava com o apoio da Igreja local e da arquidiocese de Fortaleza, em 1974, e com recursos oriundos do Canadá, a Igreja Católica comprou o imóvel. Foi assim relatado por um assentado:

A Igreja veio com recurso do Canadá, para comprar exatamente essa terra para nós. E agora uma coisa muito importante, eles mandaram esse recurso, nós compramos essa fazenda, nessa época foi Cr\$520,00 (quinhentos e vinte cruzeiros), nessa época era cruzeiro, aí nós fomos compramos e pagamos (Assentado do Ipueira da Vaca).

Após terem adquirido a terra, os camponeses perceberam que, além da terra, era preciso ter crédito, infra-estrutura e implementos agrícolas para viabilizar o imóvel. Para terem direito aos recursos e aos investimentos para a agricultura, procuraram a Arquidiocese de Fortaleza para negociar a transferência do imóvel para o INCRA. Esta transferência possibilitaria torná-lo assentamento de trabalhadores rurais com os direitos previstos no PNRA/PRRA-CE.

O processo de transferência da fazenda *Ipueira da Vaca* se iniciou em 1986, sendo concluído em janeiro de 1987, quando é publicado no Diário Ofi-

cial, tornando-se assentamento do Governo Federal, vinculado ao INCRA-CE.

(...) Quando a gente conseguiu comprar essa terra, ela não era ainda terreno do INCRA, não. Depois quando nós tomamos conhecimento chamamos D. Aloísio de novo e dissemos: D. Aloísio, nós vamos ter que conseguir, nós sem recursos não podemos trabalhar, nós temos a terra, mas não temos o recurso, nós precisamos fazer açudes, precisamos fazer tudo aqui, mas não temos condições. Aí ele disse: - pois pensem e vocês vejam se eu posso levar o conhecimento de vocês ao Incra e o Incra pode fazer algum trabalho. Depois, o INCRA veio presente aqui, fazemos tudo isso através de D. Aluísio (Assentado de Ipuiera da Vaca, 02 de junho de 2000).

Entre os dez assentamentos estudados, nove decorrem de processo de desapropriação. Somente um, *Ipuiera da Vaca*, foi doado. Entretanto este processo teve início, como foi descrito, com ações mobilizadoras dos trabalhadores, comprovando o fato de que todos os casos podem ser agrupados como assentamentos que têm em comum o conflito, a luta pela terra; conflito que denota disputa pelo direito de permanecer na terra, ter a sua propriedade, mesmo que tais conflitos não se manifestem de forma violenta. A resistência de permanecer na própria terra marca profundamente estes assentamentos, porquanto 93% dos assentados de Quixeramobim, 87% dos de Santa Quitéria, 85% dos de Canindé e 84% daqueles de Madalena são oriundos do próprio assentamento, do município ou da região. Este dado é relevante para demonstrar a importância que os trabalhadores dão à permanência no próprio local de nascimento, o que revela forte vinculação com o meio rural. Neste sentido, a experiência com o trabalho agrícola, antes de serem assentados, aparece claramente através dos 98%, que responderam haver trabalhado na agricultura, percentual comum para todos os municípios da pesquisa. Nos assentamentos de *Ipuiera da Vaca*,

Caldeirão, Groaíras e Ubá, 100% dos cadastrados eram trabalhadores rurais, antes de serem assentados.

Este elevado índice significa que os assentamentos estão fixando os trabalhadores rurais no campo, além de estarem atraindo antigos trabalhadores rurais que migraram para os centros urbanos. Estes percentuais negam, também, os depoimentos feitos por alguns representantes dos poderes locais que apontam o “processo de seleção dos assentados” como um dos problemas dos projetos de assentamento, privilegiando as pessoas sem expressão com agricultura.

Estes dados deixam transparecer o fato de que os movimentos de ocupação de propriedades e os processos de lutas por desapropriação ocorrem, fundamentalmente, com trabalhadores rurais da região, negando um possível caráter exógeno do conflito.

TRABALHO E FORMA DE EXPLORAÇÃO DA TERRA

Os dados relativos à problemática do “trabalho e do emprego” na pesquisa revelaram alguns aspectos importantes. Um indicador interessante é a inserção no mundo do trabalho, imediatamente anterior à entrada nas áreas assentadas, destacando-se o baixo índice de desempregados ou dos que não trabalhavam. No conjunto dos membros da família, somente 5% não trabalhavam. O dado mais surpreendente é que todos os cadastrados como responsáveis / titulares tinham trabalho anterior e somente 3% eram trabalhadores urbanos. Na categoria denominada, na pesquisa, de “outros parentes” (genro, cunhado, sogro etc), encontramos o maior percentual de desempregados (25%), como também o maior índice que residia em áreas urbanas (22%). Estes dados apontam para a problemática do desemprego urbano, bem assim para o fato de que a área rural aparece como absorvedora de mão-de-obra, mesmo que possa ser de forma “precária”. Outro aspecto é a predominância de relações de “trabalho informais” como parceiros, posseiros, arrendatários e misto, com 77%, quando o assalariado rural temporário e permanente alcança somente 3%.

Os dados referentes ao “trabalho atual” chamam atenção para o alto índice de pessoas (93%) prá mais de 14 anos trabalhando no assentamento. Analisando somente os assentamentos do Município de

Canindé, este percentual chega a 97%. O percentual de pessoas que trabalham fora dos assentamentos é aproximadamente de 7%, portanto, inexpressivo. O grande envolvimento com os trabalhos desenvolvidos no assentamento é reforçado, quando 59% responderam que trabalhavam fora do seu roçado, exercendo, entretanto, serviços no interior do assentamento. Tais resultados reforçam também o peso do trabalho coletivo nos assentamentos: ou pela não-divisão em “lotes”, ou pela importância dos trabalhos comunitários. Do total que “trabalha fora”, 60% é de assalariados, o que aponta, em parte, para uma antiga “relação mista de trabalho” anteriormente predominante no sertão, que era “parceiro-diarista”, e atualmente toma forma transfigurada de “assentado-diarista”. Destaca-se nesta “relação mista de trabalho” o assentamento *Ubá* (Santa Quitéria) com 83%. É importante salientar que na divisão de trabalho na família “o trabalhar fora” é uma atividade eminentemente masculina. Este dado reforça a constatação de que as mulheres, no sertão geralmente se ocupam dos trabalhos do roçado, como atividade importante da unidade de produção familiar, como também dos afazeres domésticos, demonstrando uma dupla jornada de trabalho.

A baixa participação dos assentados em trabalhos fora dos assentamentos indica ser o assentamento um lugar com intensivo poder de absorção da mão-de-obra. Outro aspecto refere-se ao fato de que trabalhar fora da propriedade, historicamente, representava uma complementação da renda e que viabilizava as atividades agrícolas internas; provavelmente os assentados atualmente estão encontrando mecanismos que dispensam estas complementações. Este estado pode estar superando uma grave situação que acompanhava a problemática rural que era a separação gradual do trabalhador dos seus roçados, levando em alguns casos a não exploração de suas pequenas propriedades. Outra dedução é uma possível saída de cena do grande proprietário de terra como absorvedor de mão-de-obra, o que reforça o dado de que a pequena propriedade é responsável pela maior concentração de trabalho.

A pesquisa apontou, ainda, que o assentamento absorve fundamentalmente trabalhadores com origem rural, apresentando um percentual de 98% dos entrevistados que já tinham trabalhado na agricultura

anteriormente. Este alto índice de entrevistados que tiveram experiências anteriores na agricultura dá maior credibilidade ao resultado da avaliação sobre as condições de trabalho atualmente, com 88% deste total respondendo que houve melhoria e somente 3% acham que piorou. É importante destacar o fato de que 76% acham que melhorou por terem a propriedade da terra. Um segundo aspecto, apontado como responsável pela melhoria das condições de trabalho, foi o fato de atualmente 14% terem acesso ao financiamento/crédito. No grupo dos 3% que consideram que houve uma piora nas condições de trabalho, 50% apontam como causa a falta de recursos, demonstrando a importância do crédito e das condições de pagamento do financiamento.

A melhoria das condições de trabalho talvez explique o baixo percentual de famílias, somente 17%, que perderam algum componente em decorrência do fato de terem que sair para procurar trabalho fora do assentamento. Por outro lado, 18% dos responsáveis titulares contratam mão-de-obra de fora do assentamento, demonstrando a importância do trabalho familiar na unidade de produção, como também o lugar que este passa a ocupar na estrutura do emprego rural.

Os titulares responsáveis pelo assentamento cadastrado no INCRA-CE são 91% do sexo masculino e somente 9% do sexo feminino. Nos assentamentos *Ubá*, *Raposa/Várzea da Cruz*, *Renascer dos Canudos* e *Caldeirão* o sexo feminino aparece com os índices mais elevados do responsável cadastrado: entre 17% e 19%. No assentamento *Groaíras*, todos os titulares responsáveis cadastrados são do sexo masculino. Esta predominância do sexo masculino, entre os responsáveis, decorre não só de uma dominação masculina, mas, fundamentalmente, de uma política do INCRA, que cadastra preferencialmente o homem como responsável pelo lote. Somente em casos especiais é que a mulher assume esse lugar como, por exemplo, o homem ter mais de 65 anos ou a mulher ser viúva.

As terras nos assentamentos são exploradas quase que absolutamente de forma “mista”; ou seja, as atividades agrícolas e pecuárias são realizadas articuladas de forma individual, utilizando-se da força de trabalho familiar, e coletivamente, com a participação das famílias assentadas.

Esta forma de exploração, que alcança 90% das famílias assentadas, em contraposição ao cultivo individual, que representa somente 8%, marca profundamente a organização interna dos assentamentos. A predominância dos trabalhos coletivos decorre das condições geo-ambientais dos sertões, como escassez de recursos hídricos e limitações dos solos, mas também, das antigas e tradicionais formas de organização das propriedades rurais, que funcionavam como um todo integrado: roçados dos moradores-parceiros e lavouras dos proprietários. Tal organização articulava a pecuária com a cultura do algodão e com as culturas alimentares, formando um tripé. Este tripé tinha como suporte, em termos de mão-de-obra, os parceiros-moradores que realizavam os trabalhos agrícolas em regime de parceria e que são os atuais assentados. Justapondo-se a estes fatores, temos os processos de luta pela conquista e permanência na terra, o que constrói uma prática coletiva. O processo de luta, à proporção que é mais duradouro, envolve mais embates políticos, reforça os laços de solidariedade e de associativismo que desembocam nos trabalhos coletivos de exploração da terra.

Esta prática coletiva, que tem como suporte ideológico e religioso a idéia de que “a terra é de todos”, explica o porcentual de mais de 90% dos entrevistados não responderem ou desconhecerem o tamanho dos seus lotes.

A articulação das áreas destinadas aos roçados individuais, com as áreas destinadas aos roçados coletivos, é realizada pelas associações comunitárias dos assentados. Os roçados individuais são cultivados, geralmente, em consórcio, predominando a cultura do milho, do feijão, do algodão e da mandioca. Além do roçados individuais, a maioria dos assentados possui uma área com pastagem, onde cultivam o capim, a cana forrageira, o sorgo e a palma forrageira. Esta área fica em torno de 1,0 ha. Somando-se as áreas de roçados com a de pastagem, o assentado explora em média, por ano agrícola no Ceará, 4,5 ha. Existem também as áreas destinadas aos roçados coletivos, que são cultivados com o milho, o feijão, o algodão e a pastagem. Somando-se estas áreas com as áreas exploradas de forma individual, os assentados cultivam em média 16% do assentamento, sendo o milho o principal produto em área plantada, seguido do feijão e do algodão.

Estas práticas possibilitam que os assentados se apresentem como um todo coletivo.

REPRESENTAÇÃO E PRÁTICAS POLÍTICAS

A participação do assentado no campo político mostra um diversificado quadro de inserção nesta realidade, possibilitando um mergulho na compreensão do que é “fazer política”. Tal inserção engloba não só a participação nos momentos eleitorais, mas também em diferentes práticas políticas, como em associações ou no contexto de demandas sociais.

O município de Canindé em 1998 tinha 41.489 eleitores, com 21.226 do sexo masculino, correspondendo a 51,16% e 20.079 do sexo feminino, equivalendo a 48,40%. Com relação à escolaridade dos eleitores, 7.104 eram analfabetos (17,12%), 23.249 liam e escreviam (56,04%), e somente 185 eleitores tinham curso superior completo (0,45%).

Nas eleições de 2000 para prefeito e vereador, os trabalhadores rurais tiveram 4 candidatos que representavam diretamente esta categoria, sendo 3 assentados (de: *Ipueira da Vaca*, *Japuara* e *Pitimbeira*) e o presidente do STR de Canindé que é pequeno proprietário rural. Todos estes candidatos são filiados ao PT. Destes quatro candidatos somente o presidente do STR foi eleito.

Em Canindé, somando os assentamentos dos governos federal e estadual, são aproximadamente 5.000 famílias. Este número de famílias se traduz em eleitores potenciais, que não carregam seus votos, necessariamente para candidatos assentados, mas que passam a fazer parte da pauta política dos postulantes aos cargos eletivos. Tais pautas aparecem principalmente nas campanhas eleitorais aos cargos majoritários, em que são realizadas promessas de uma política específica para as áreas de assentamento, o que possibilitaria “uma melhor assistência técnica”, e a “liberação de crédito mais rápido e menos burocrático”. Este é o tom dos discursos. Na área social surgem os compromissos de uma melhor assistência às creches, às escolas e aos postos de saúde, como também há ampliação destes serviços. São realizadas, também, promessas de melhoria na distribuição de “cestas básicas”. Estas cestas fazem parte de um programa do Governo Federal, mas que assumem um caráter assistencial, personalista e muito eleitoreiro.

A separação entre ações de caráter mais reivindicatório e prática de natureza mais política é elaborada pelo presidente do STR de Canindé, quando afirma:

(...) o pessoal, os nossos candidatos, principalmente os nossos companheiros das áreas de assentamento eles trabalham muito a questão da luta pelo crédito, inclusive crédito local. Não defendendo muito a questão de organização interna de assentamento, que ele vão ser um porta-voz na Câmara sobre esta questão. Estão defendendo muito a questão da educação com qualidade dentro do assentamento, o atendimento à saúde dentro do assentamento.

Esta colocação do presidente do STR pode explicar o não-envolvimento dos assentados com seus pares que são candidatos. Para os assentados, é mais importante fazer demandas imediatas, como “mais créditos” e “educação”, do que eleger algum candidato. Esta postura mostra também o divórcio criado entre conseguir melhores condições de vida e ter representantes nas câmaras municipais. Este quadro corrobora a tese de que, no universo político camponês, existe uma separação entre “o político” e “o político dos outros”, que engloba a “política dos grandes” e dos ricos.

Quanto à relação dos assentados com a Prefeitura, de acordo com o presidente do STR de Canindé, existe

(...) alguma coisa que está muito errada. Eles são desorganizados, principalmente no momento de reivindicar. Mas reivindicam muito, mas tem alguma coisa que está muito errada, na minha avaliação: é que vem reivindicam, aí o projeto dá uma cesta básica de alimento, aí botam na cabeça e vão embora (...) tem que levar a cesta básica, mas por trás da cesta básica tem que ter alguma política de desenvolvimento (...) pra nós aqui do sindicato, cesta básica é

uma medida paleativa, que despolitiza inclusive as pessoas. Nós defendemos é que a prefeitura faça com que desenvolva uma política e façam com que as pessoas possam comprar cesta básica. Não ela dar. Porque o sentido da cesta básica é mais no sentido de angariar votos.

A “desorganização” dos assentados é visualizada pela aceitação de um paliativo e também na possibilidade deste paliativo servir para conseguir votos para o Governo.

É importante destacar que, apesar de “desorganizados”, os assentados são, em parte, atendidos pelo poder público, quando fazem suas reivindicações.

Neste sentido, pode ser destacado que a Secretaria de Agricultura do município de Canindé tem uma atuação voltada principalmente para os projetos de assentamento. Para o secretário de agricultura, 70% das atividades da Secretaria estão voltados para os assentados, principalmente para a parte da assistência técnica. Isto tem, inclusive, gerado reclamações por parte dos pequenos proprietários não assentados. O peso numérico que assumem os assentamentos, como também a mudança na política de cunho agrícola no município de Canindé, forçou que alguns técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos se especializassem em trabalhos comunitários: “os técnicos da secretaria aqui, a gente tem dado treinamento específico pra eles, não para o assentamento, mas para trabalhar a questão da comunidade, a questão de trabalho participativo, de avaliação participativa das comunidades” (Secretário da Agricultura de Canindé).

O STR tem também suas ações voltadas para o assentado, buscando melhor organização, inclusive o secretário de política agrícola é um assentado. Entretanto, existe uma baixa participação dos assentados nas ações do sindicato. Esta participação está em torno de somente 10%. Os assentados participam fundamentalmente das associações dos assentados. Para o presidente da STR de Canindé,

(...) isto está mudando muito. A gente tá começando a reestruturar as delegacias sindicais, estamos colocando a importância (delas) e aí vamos

montar as delegacias sindicais, dentro do próprio assentamento e a própria comunidade vai assumir isso, fazer a discussão. Porque eu acho que já é uma grande investida na luta de conquistar a terra, e após a luta que conquistou a terra deixar o pessoal pra lá.

No município de Quixeramobim, em 1998, havia 39.645 eleitores, sendo que 20.267 eram do sexo masculino, o que corresponde a 51,12%, e 19.346 do sexo feminino, com um percentual de 48,80%. Quanto ao grau de instrução dos eleitores, 6.756 eram analfabetos (17,04%), 17.517 sabiam ler e escrever (44,18%) e somente 142 tinham o curso superior completo (0,36%). Em 2000, o número de eleitores aptos teve um pequeno aumento totalizando 40.611.

Às eleições majoritárias concorreram dois candidatos, um do PSDB e outro do PDT. O candidato eleito foi o do PSDB, com 61,27% dos votos. Para vereador, concorreram três trabalhadores das áreas de assentamento e nenhum obteve a eleição.

Para o presidente do STR de Quixeramobim,

(...) os trabalhadores não se preocupam com a questão dos seus representantes. Quixeramobim é um município histórico, em termos de região, nós temos cerca de dois mil eleitores que votam nos assentamentos ou mais disso, mas eu acho que 95% votam nos candidatos da direita, do PSDB. A questão política não foi trabalhada nem pelo sindicato, nem pelos nossos representantes (...) quem dá assistência é aquele candidato assistencialista (Entrevista realizada em 05/09/2000).

Para o secretário de agricultura do Município, a Secretaria não tem nenhuma ação voltada para com os assentados. Esta postura é justificada pelo secretário, na medida em que a assistência técnica já é coberta pelo programa LUMIAR. Para ele, este programa não tem nenhum interesse em um trabalho articulado com a Prefeitura.

Com mencionado, o secretário aponta como o maior problema dos assentamentos a forma como são selecionados os assentados, “além de serem analfabetos, não tem vocação nenhuma para terra. Não tem tradição de mexer, de lutar com a terra, com a agricultura”. Apesar deste problema, para ele, os projetos de assentamento mudaram o perfil agrícola do Município; antes eram “grandes latifúndios praticamente improdutivos. Então mesmo com todos esses problemas (seleção e falta de assistência técnica) aumentou a produção do município. Tenho que falar a verdade” (Entrevista realizada em 05/09/2000).

Apesar de demonstrar certa animosidade com os projetos de assentamento, afirma que a Prefeitura tem uma boa relação com os assentados; “o projeto é muito aberto”. Falta, entretanto, um projeto mais “arrojado” para as áreas assentadas, como, por exemplo, um projeto de pecuária leiteira. “Devemos”, diz o secretário de agricultura,

(...) é tirar da cabeça desse povo esse negócio de esperar coisa do governo (...) aproveitar o apoio do governo e unir as forças; não pode ficar esperando. Tem que tirar da cabeça deles é essa cultura paternalista, tem que produzir, senão acaba (Entrevista realizada em 05/09/2000).

Por outro lado, para o presidente do STR de Quixeramobim, não há nenhuma relação entre prefeitura e assentados:

(...) existe o seguinte: os assentados chegam lá na secretaria, exigem uma coisa, se o secretário puder fazer, se ele não puder, ele fica enrolando, prometendo, ganhando tempo. Porque relação é quando você conversa, senta na mesa, discute, vê o que pode, o que não pode (Entrevista realizada em 05/09/2000).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, segundo o seu presidente, está começando um trabalho de “aproximação” com os assentados. Esta “aproximação” está sendo construída através da criação de delegacias

sindicais dentro dos projetos de assentamento, como também, realizando reuniões sistemáticas com os assentados. Na avaliação do presidente, apenas 4% dos assentados participam do movimento sindical. Atualmente o secretário de política agrária do sindicato é um assentado. Esta Secretaria está direcionando os trabalhos para a obtenção de crédito e melhoria de produção dos assentados. Neste direcionamento, existe um embate com o MST. O MST critica o STR de não organizar e de não mobilizar os assentados. O presidente do STR argumenta:

(...) quando a gente questiona a questão da produção, aí eles (o MST) acham que a gente tá errado, não é por aí, tem que mobilizar. Eu sei que tem que mobilizar e o MST é muito bom para mobilizar, mas pelo que a gente já tem em Quixeramobim se você não partir para a produção aí você não adianta ter terra, ficar aí abandonada sem poder produzir (Entrevista em 05/09/2000).

Para o presidente do STR, o aumento da produção agrícola dos projetos de assentamento tem possibilitado uma mudança na representação que os cidadãos fazem dos assentados:

Antes, eram muito mal vistos, quando dizia assim: os assentados estão dentro da cidade. O comércio já fechava as portas, a polícia já vinha pra cá. Hoje a relação mudou. Nessas áreas já tem pessoas que de certa forma já contribuí com o desenvolvimento da cidade, na criação e na produção. Já existe uma relação melhor (...) o comércio em geral já tem respeito por esse pessoal.

É importante destacar este novo lugar ocupado pelo trabalhador rural como assentado, investido de cidadão-político e cidadão-consumidor de bens agrícolas e industriais no sertão, a partir da quebra das amarras políticas e econômicas com o proprietário da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de assentamento no Estado do Ceará, vinculados ao INCRA e, especificamente, na região dos sertões, apresentam um quadro complexo e estimulante para se entender as mudanças ocorridas no espaço rural. Complexo, na medida em que as mudanças efetivadas nos sertões não decorrem somente dessa política de assentamento, mas sim de vários fatores interligados, como, por exemplo, a diminuição drástica do uso da força de trabalho “parceiro-morador” e o desaparecimento da cultura do algodão, que representava o principal produto agrícola comercial. Se estes dois fatores apareciam como expulsões de mão-de-obra dos sertões, os assentamentos surgem como fixadores e passam a atrair os trabalhadores rurais. Este processo passa a ocupar um lugar de destaque, nos sertões, retendo a mão-de-obra rural e impedindo amplo fluxo migratório.

Outro dado importante, no contexto dos processos de assentamento dos sertões, são as práticas políticas desenvolvidas. Como foi mostrado, os assentamentos, em sua quase totalidade, foram resultados de prolongados conflitos sociais, que envolveram, por um lado, os grandes proprietários de terra, e, por outro, os trabalhadores rurais, com seus suportes nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e na Igreja Católica. Estes processos tiveram como grande resultado, além da conquista da terra, a gestação de um novo ator político. O trabalhador rural aparece como cidadão possuidor de direitos políticos e econômicos.

A natureza do processo de luta tem relevantes implicações na forma de uso e de exploração das áreas assentadas, tendo como elemento mais aparente a não-aceitação, por parte dos trabalhadores rurais, dos parcelamentos ou loteamentos dos assentamentos, predominando, então, as “formas mistas” de exploração, com os roçados individuais e coletivos, que mantêm uma certa tradição do uso da terra nos sertões. Outra implicação deste processo é o peso que as associações dos assentados passam a ter na gestão das ações econômicas e políticas dos assentamentos. Tal gestão possibilita o assentamento obter crédito e financiamento, mas, fundamentalmente, aparecer como sujeito de demandas sociais e políticas.

Com a saída de cena do proprietário rural-patrão, está havendo uma possibilidade de aumento da circulação de dinheiro por parte dos trabalhadores assentados. Este aumento está implicando em maior participação dos assentados no mercado consumidor urbano. Está havendo um acréscimo no consumo de eletrodomésticos, de produtos de construção civil e produtos agrícolas, como máquinas, implementos e equipamentos, além de sementes, inseticidas e herbicidas. Neste sentido, os assentados aparecem como impulsionadores dos mercados urbanos locais e regionais.

Neste cenário, altamente favorável a uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais assentados, nota-se a ausência de uma política de cunho agrícola mais efetiva e adequada impulsionadora das áreas assentadas; uma política voltada, especificamente, para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, que impulsione as experiências vitoriosas e melhore as experiências que não conseguiram “decolar” do plano de uma reprodução de uma pobreza absoluta.

NOTAS

- 1 Participaram da pesquisa, no Ceará: pesquisadores auxiliares Edenilo Barreira Filho e Odilon Máximo; pesquisador de campo: José Levi Furtado Sampaio; além de doze estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e Ciências Sociais da UFC. Elaboração dos mapas: Silvana Maria Rodrigues Silveira.
- 2 A diferença entre os índices de Gini do INCRA e do IBGE decorre, em parte, do fato de os dois órgãos utilizarem metodologias diferentes; ou seja, o primeiro trabalha com “imóveis rurais”, o segundo com “estabelecimentos rurais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABROMOVAY, Ricardo (s/d). *Reforma agrária, a experiência do Ceará*. Curso: Reforma Agrária e Desenvolvimento. Fascículo nº 12. Fortaleza: Universidade Aberta, Fundação Demócrito Rocha.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de (2000). *Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária*. Fortaleza: Edições UFC.

- BARREIRA, César (1992). *Trilhas e atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.
- _____. (1984). *História dos movimentos de organização popular no nordeste e no Ceará*. Fortaleza, Cadernos Pastorais nº 26 (mimeo).
- BARREIRA, César, PAULA, Luiz Antônio Maciel de (1998). “Os assentamentos rurais no Ceará: uma experiência a ser seguida?”. In: SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco C., ROSA, Sueli L. Couto (org.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: editora da Universidade de Brasília.
- COMISSÃO Pastoral da Terra (CPT) (1999). *Conflitos no campo Brasil 98*. Goiânia, Secretariado Nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra).
- GOVERNO do Estado do Ceará (1985). *Plano dos 100 dias. Governo Tasso Jereissati*. Fortaleza: edições IPLANCE (Instituto de Planejamento do Estado do Ceará).
- _____. *Plano de desenvolvimento sustentável 1997-1998* (1995). Fortaleza: Secretaria de Planejamento do Estado – SEPLAN.
- IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996* (1998). Ceará, nº 9. Rio de Janeiro.
- _____. *Dinâmica das áreas de assentamento de reforma agrária no Ceará* (1998). Fortaleza: edições IPLANCE (Instituto de Planejamento do Estado do Ceará).
- INCRA. *Estatísticas Cadastrais*, 1978, 1980, 1994, 1997 e 2000.
- INCRA. *A Reforma Agrária no Ceará*. Síntese 1970-1999. Fortaleza: INCRA-SR (02), mimeo.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de e LEITE, Sérgio (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil* (1999). Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / CPDA.